

97% das mulheres disseram já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte

Pesquisa do Instituto Patrícia Galvão / Instituto Locomotiva ouviu mais de 1000 brasileiras que utilizam diversas formas de transporte no seu dia-a-dia

São Paulo, 18 de junho de 2019 - O assédio sexual é uma realidade na vida da maior parte das mulheres brasileiras: 71% conhecem alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público e, ainda mais impressionante, 97% dizem já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. O dado é da pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, com o apoio da Uber, sobre violência contra a mulher no transporte.

(Acesse [aqui](#) a apresentação da pesquisa)

Para entender os obstáculos e desafios que as mulheres enfrentam em sua locomoção pelas cidades todos os dias, a pesquisa ouviu 1.081 brasileiras que utilizaram transporte público e por aplicativo nos três meses anteriores à data do início do estudo*. O levantamento aponta que, para as mulheres que trabalham e/ou estudam, o tempo gasto se deslocando entre sua casa e o trabalho/instituição de ensino é um fator decisivo e central na vida delas: para 72% das entrevistadas, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar um emprego ou de permanecer nele. Ainda assim, 46% das entrevistadas não se sentem confiantes para usar meios de transporte sem sofrer assédio sexual.

“A pesquisa confirma que, infelizmente, o assédio sexual no transporte faz parte da rotina das mulheres brasileiras. Para elas, que em sua maioria estudam e trabalham fora de casa, a segurança no deslocamento é uma questão essencial. É importante não só aplicar a lei que criminaliza essa prática, como também desenvolver políticas e mecanismos para prevenção, para garantir que as brasileiras possam se sentir seguras ao exercerem seu direito de ir e vir, garantindo também seu direito a uma vida sem violência”, afirma Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão.

Quando o assunto é locomoção, segurança é mesmo o fator que mais preocupa as mulheres: de olhares insistentes a serem encoxadas, passando por cantadas indesejadas, passadas de mão, comentários de cunho sexual ou serem seguidas, são diversas as situações de assédio relatadas. Em regra, o percentual de citações de assédio no transporte público é maior do que nas demais alternativas analisadas (ver quadro abaixo).



A pesquisa também apontou que três em cada quatro mulheres (75%) se sentem seguras usando transporte por aplicativo - número maior do que as que se sentem seguras usando táxis (68%) e quase três vezes maior do que o número de mulheres que se sentem seguras no transporte público (26%).

“O estudo aponta que, hoje, as mulheres não têm segurança para se locomover pelas cidades. Elas são assediadas, seja nas ruas ou nos meios de transporte, quando saem para trabalhar, levar as crianças para a escola, se divertir... Para que as mulheres tenham mais autonomia, precisamos de políticas de combate à violência que incluam o olhar para esses deslocamentos”,

aponta Maíra Saruê Machado, diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva.



Elas também apontam que os transportes por aplicativo permitem às mulheres denunciar os abusadores mais facilmente (55%) e que é onde acreditam que há mais chances de os homens que cometem assédio serem punidos (45%) - fatores que podem contribuir para a maior sensação de segurança.

Por fim, para 91% o surgimento do transporte por aplicativo melhorou sua capacidade de locomoção pela cidade e 94% afirmam que se sentem mais seguras sabendo que, se precisarem, podem chamar um Uber para voltar para casa.

**Perfil das entrevistadas: 18 anos ou mais, classes A, B, C, e D, de todas as regiões do país, que utilizaram transporte público e transporte por aplicativo ao menos uma vez nos últimos 3 meses. Período de campo: fevereiro de 2019.*

Sobre o Instituto Patrícia Galvão

O Instituto Patrícia Galvão trabalha para ampliar a visibilidade das diversas formas de violências sofridas pelas mulheres no país, com o objetivo de exigir respostas do Estado, do setor corporativo e da sociedade. O Instituto produz conteúdos, realiza pesquisas e disponibiliza dados, contribuindo assim para a qualificação do debate público sobre questões críticas para as mulheres brasileiras na imprensa e nas redes sociais.

Sobre o Instituto Locomotiva

O instituto de pesquisa Locomotiva trabalha para mostrar que existem pessoas e histórias por trás de cada número. Transformamos resultados de pesquisas em conhecimento e estratégia, ampliando as possibilidades de empresas, instituições públicas e organizações do terceiro setor, contribuindo para a construção de identidade entre elas e seus públicos.

[Nova geração revê ‘masculinidade tóxica’; em estudo, 70% relatam serem treinados a ‘ser macho’](#)

Sondagem entrevistou mais de 19 mil pessoas do sexo masculino e virou documentário

[\(Folha de S. Paulo, 30/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Fui ensinado desde menino que ser homem exige engolir o choro e ser muito forte. Não sou o único.

Uma [enquete de âmbito nacional](#) mostra que 72% dos quase 20 mil homens brasileiros que

responderam foram ensinados a não demonstrar nenhuma fragilidade. O problema continua: 60% dos entrevistados também foram instruídos a não expressar emoções.

Mas o que é ser homem, afinal? Essa é a resposta que ao menos cem grupos de homens espalhados pelo país procuram. Os encontros são um fenômeno novo no Brasil e buscam construir uma [maneira saudável de ser homem](#) usando uma ferramenta potente: a escuta.

Em São Paulo, o terapeuta Fábio Sousa, um homem negro e carinhoso, lidera um desses grupos —do qual faço parte. O grupo foi fundado em 14 de abril de 2019, quando nove homens se encontraram para discutir seu papel no mundo. Desde então, nós nos reunimos quinzenalmente.

O embrião da ideia de Sousa para o grupo veio de uma conversa de domingo com sua companheira, [quando o estupro coletivo de uma adolescente no Rio ganhou a atenção nacional](#), em 2017. Ele escreveu em uma rede social que se sentia impotente e desalentado diante do episódio, sem conseguir digeri-lo.

“A minha companheira me trouxe várias questões do feminismo e como isso implica na relação com os homens. Eu falei para ela do caso e ela me questionou: ‘o que você vai fazer com tudo isso?’”

Ao revisitar o que havia escrito cerca de um ano depois, e ainda sem resposta para a própria pergunta, veio a iniciativa para criar o grupo.

De acordo com a enquete “O Silêncio dos Homens”, realizada pelo site Papo de Homem, 60% dos respondentes —homens de mais de 14 anos, com acesso à internet, que estejam ao menos no ensino médio e com padrão de idade, raça e região do país que reflete o da população geral—gostariam de se juntar a um desses grupos.

Em parte isso se deve à solidão —40% dos mais de 19.800 entrevistados por meio de um longo questionário online afirmam que se sentem solitários sempre ou com muita frequência. O nível de confiança da enquete é de 95%, segundo os pesquisadores.

Raio-X da masculinidade no Brasil

Homens sofrem em silêncio por terem sido ensinados a não demonstrar fragilidade

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Como menino, fui ensinado a **não expressar emoções**



Como menino, fui ensinado a **não demonstrar fragilidade**



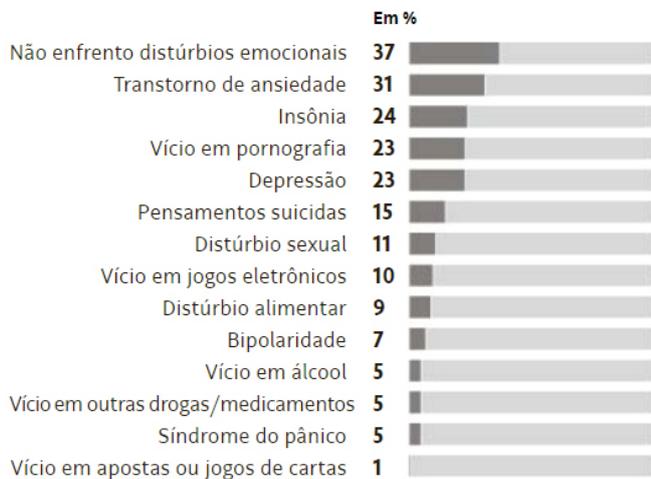
Como menino, fui ensinado a **não me comportar de modos que pareçam femininos**



Solidão dos homens

40% dos homens se sentem solitários sempre ou muitas vezes

Distúrbios emocionais que os homens declaram enfrentar hoje



Como menino, fui ensinado a **ser bem-sucedido profissionalmente**

Em %



De modo geral, você gostaria de **ter mais ajuda e recursos para lidar com os principais desafios que enfrenta hoje, como homem?**

Em %



Foram entrevistados 19.824 homens heterossexuais e não heterossexuais com ensino médio, a partir dos 14 anos e usuários da internet das cinco regiões do Brasil - Fonte: Estudo "O silêncio dos homens", por PapodeHomem / Instituto PdH + Zooma Inc. (2019)

A solidão é algo que conheço bem. Sousa partilha deste sentimento, assim como Guilherme Valadares, fundador do Papo de Homem e um dos realizadores da sondagem e do documentário homônimo. Ele conta que era frustrado por não ter características associadas ao “ser homem”, e por isso se sentia só. A situação escalou e ele se tornou um adulto agressivo nas relações.

“Minha performance de masculinidade entrou realmente em xeque depois que conquistei o que, em minha imaginação, me tornaria um homem de verdade. Fui agressivo em minhas relações amorosas, com amigos no trabalho, tive comportamentos autodestrutivos”, relata Valadares.

“Homem que ‘sente demais’ é estranho, é fresco. Meu mundo emocional era, em grande parte, colorido pela emoção mais socialmente aceita para homens, a raiva ”

O jornalista e correalizador do documentário Ismael dos Anjos explica por que a violência se tornou uma linguagem da [masculinidade tóxica](#).

“Esse homem com comportamentos tóxicos não sabe como, e não tem recursos, para conversar, resolver as coisas no diálogo, escutar e entender outras pessoas. O homem está acostumado a se fazer valer no exercício de força.”

Por “masculinidade tóxica”, entende-se um conjunto de hábitos que impõem o machismo, como esperar que mulheres assumam as tarefas de casa, buscar controlar suas roupas e ações, impor a palavra final e tratar mulheres com agressividade física ou psicológica, reduzindo-as (ou tentando reduzi-las) a um papel subserviente.

Sousa diz que o homem perdeu sua função social de provedor, ainda que vivamos em uma sociedade predominantemente patriarcal, “a identidade do homem está ligada às [performances de masculinidade](#). Quando há um movimento contrário [de as mulheres assumirem papéis relevantes] é possível que o homem siga por caminho mais destrutivo”, aponta.

A afirmação de Sousa coincide com [a declaração do ministro Sergio Moro, no último 7 de agosto, de que os homens reagem com violência por, talvez, se sentirem intimidados](#). A frase, em evento para marcar os 13 anos da Lei Maria da Penha, provocou reações extremadas nas redes. Mas condiz com o diagnóstico percebido pelos homens que frequentam os grupos sobre masculinidade.

Não somos ensinados a falar sobre o que sentimos e, de acordo a sondagem, 40% dos homens nunca ou raramente conversam com amigos sobre seus medos, dúvidas e obstáculos. Seis em cada dez homens afirmam lidar com distúrbios emocionais como ansiedade, depressão, vício em pornografia, insônia, abuso de substâncias, apostas e jogos.

Além disso, homens vivem cerca de sete anos a menos que as mulheres e se suicidam quatro vezes mais, segundo o IBGE e o Ministério da Saúde. Para a equipe do documentário, isso pode ser explicado pela ausência da busca por diagnóstico por homens, por medo de aparentar vulnerabilidade e por dificuldade de entender os próprios sentimentos.

Um estudo da Associação Americana de Psicologia aponta que 80% dos homens tem alexitimia, ou seja, são incapazes de reconhecer o que sentem. Na prática, isso quer dizer que medo, frustração, dor, ansiedade, são todas uma única coisa inominável e, portanto, difícil de lidar. Essa dificuldade para expressar sensações pode levar à violência.

Os homens são os que mais matam e os que mais morrem. Segundo o Atlas da Violência de 2017, 92% das vítimas dos 61.283 assassinatos no país em 2016 eram homens, e, destes, 74,5% eram negros. O mesmo perfil o perfil dos homens assassinados se repete quando olhamos para os autores destes crimes, de acordo com um estudo da FGV.

Além disso, o número de feminicídios no país também é expressivo. A OMS (Organização Mundial da Saúde) aponta que o Brasil é o quinto país com o maior número desse tipo de crime, que pressupõe a mulher ser assassinada em decorrência de sua condição de mulher. É uma taxa de 4,8 mulheres mortas para cada 100 mil habitantes. Na maior parte dos casos, os agressores são familiares (50,3%) ou parceiros e ex-parceiros (33,2%).

A promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo Gabriela Mansur desenvolveu um projeto para que homens enquadrados na Lei Maria da Penha por agressão a mulheres participem de discussões quinzenais sobre masculinidade e gênero. O projeto se tornou a Lei nº 16.732 de 2017 e já apresenta resultados. A reincidência dos condenados por agressão no âmbito do projeto caiu de 65% para 2%.

HOMENS NEGROS, NÃO HETEROSSEXUAIS E TRANS

Anjos aponta que o documentário traz vivências importantes para se discutir o lugar do homem negro dentro da caixa do “o que é ser homem”.

“É comum, entre homens negros, ouvirmos ou sentirmos que, para alcançar a construção do que a gente imagina ser um homem, deveríamos ser duas ou três vezes melhor que os outros”, afirma.

“Isso vale para o caminho de ascensão social, de busca por algum sucesso, mas também vale para os estereótipos nocivos ligados às masculinidades, como aguentar o tranco, estar sempre pronto e ativo sexualmente, se impor fisicamente e por aí vai.”

Não se trata de um questionamento novo —o [ex-presidente americano Barack Obama, negro filho de mãe branca e pai negro que o deixou na infância, abordava a questão com frequência](#)—, mas que permanece necessário.

A masculinidades negra, no documentário, é abordada pelo sociólogo Túlio Custódio. Ele sugere que os negros buscam se aproximar do que é ser homem para deixarem a condição de negros construída por um racismo estrutural.

“A categoria existencial do homem é a do homem branco. Esse é o homem ideal. O homem negro nunca vai ser o ideal. Esse negro sempre estará correndo atrás do prejuízo, buscando ocultar o lugar do homem negro e se aproximar do branco”, reflete.

Há também que se falar sobre as masculinidades de homens não heterossexuais e transexuais. Homens trans, por exemplo, se deparam com os padrões de masculinidade quando se colocam como homens para o mundo. É o que diz o cenotécnico Lam Matos.

“Quando eu me coloco como homem para a sociedade, ela me cobra uma postura de homem. É muito recorrente entre homens trans que começam a assumir papéis masculinos que parem de chorar. Eu parei de chorar; me vejo obrigado a seguir um padrão para ser aceito como homem”, conta no filme.

O documentário “O Silêncio dos Homens” estreou nesta quinta (29) em 239 sessões públicas, em espaços abertos, registradas por grupos de homens e mulheres em todo o país.

Agora, com o filme pronto e disponível gratuitamente no YouTube, Valadares diz que o sonho cresceu. “Todo o projeto está conectado ao nosso sonho, um tanto utópico, de ver surgir pelo menos um grupo de transformação das masculinidades em cada um dos 5570 municípios brasileiros.”

Por Matheus Moreira

‘Ideologia de gênero é coisa do capeta’ e ‘leis existem para proteger maiorias’, diz Bolsonaro

Em evento evangélico, presidente afirma respeitar ‘até quem não tem religião’, ‘mas a grande maioria do povo brasileiro é cristã’

(O Globo, 10/08/2019 - acesse no site de origem)

O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste sábado, durante um evento evangélico, que a “ideologia de gênero” é “coisa do capeta”. Bolsonaro participou da Marcha para Jesus de Brasília e disse que irá respeitar a “inocência das crianças”, e ressaltou esperar que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), que também estava presente, faça o mesmo.

— Um presidente que está honrando o que prometeu durante a campanha. Um presidente que acredita e valoriza a família. Um presidente, a exemplo do governador daqui também, (que) vai respeitar a inocência das crianças. Não existe essa conversinha de [ideologia de gênero](#). Isso é coisa do capeta. Tenho certeza de que o governador não vai admitir isso no ensino do Distrito Federal.

A Marcha para Jesus foi organizada pelo Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal (COPEV/DF). Bolsonaro ressaltou que, por mais que o Estado brasileiro seja laico, ele e a maioria são cristãos.

O presidente afirmou ainda que não tem preconceito com minorias, mas disse que as leis devem proteger as maiorias e não podem ferir seus “princípios”. Bolsonaro já criticou a [decisão do Supremo Tribunal Federal \(STF\) de equiparar a homofobia ao crime de racismo](#).

— Não discriminamos ninguém. Não temos preconceito. E deixo bem claro, as leis existem para proteger as maiorias. É a única maneira que temos para viver em harmonia. O que minoria faz, por livre e espontânea vontade, sem prejudicar a maioria, vai ser feliz. Nós não podemos admitir leis que nos tolham, que firam os nossos princípios.

Depois, em outro trecho do discurso, citou uma “queda de braço” com a Justiça para [tentar reduzir o número de radares eletrônicos](#) nas rodovias.

— Estou em uma luta para acabar com os pardais, radares eletrônicos. Estou em uma queda de braço com a Justiça, que não me quer deixar acabar com os pardais.

O presidente voltou a referir-se a si mesmo como o personagem de desenho animado Johnny Bravo, um jovem forte e loiro que, ao longo dos episódios, tenta arrumar uma namorada:

— O Estado é laico, mas eu, Johnny Bravo, sou cristão. Aqui nesse pátio nós somos cristãos. Respeitamos todas as religiões e até quem não tenha religião, mas a grande maioria do povo brasileiro é cristã.

Mais tarde, Bolsonaro explicou que a comparação é uma brincadeira:

— Não sou nada parecido com ele, mas por causa da minha franja colocaram esse apelido meu no passado. Era um personagem que tenta namorar as meninas mais bonitas do mundo e não consegue. Não é meu caso, porque tenho a primeira-dama maravilhosa. Uma brincadeira, apenas.

Outra brincadeira, quis esclarecer Bolsonaro, foi a sugestão feita por ele um dia antes de que se deveria comer menos e [“fazer cocô dia sim, dia não”](#) para combater a poluição ambiental.

— A brincadeira que eu fiz ontem aqui de ir ao banheiro dia sim e dia não, levaram pra coisa séria. Então pode fazer brincadeira ou vão continuar massacrando, em especial alguns jornais aí conhecidos?

Bolsonaro comentou também o fato de a diretoria responsável por avaliações da educação básica, como o Enem, [estar vaga desde maio](#), como mostrou a “Folha de S.Paulo” em reportagem publicada neste sábado. A área é considerada uma mais importantes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

— Às vezes é bom uma coisa sem comandante, (melhor) que um péssimo comandante — disse, sendo questionado se é melhor o cargo ficar sem comando: — Não estou dizendo que é melhor assim.

Por Jussara Soares e Daniel Gullino

‘Machismo e homofobia são heranças da colonização’, diz primeira mulher indígena a cursar doutorado na UFMG

Célia Xakriabá é também a primeira integrante do povo Xakriabá a concluir um mestrado. Ela

será uma das participantes da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que acontece em Brasília na próxima terça-feira, dia 13

[\(O Globo, 09/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ela é a primeira integrante do povo Xakriabá a concluir um mestrado. É também a única indígena a cursar doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) — estuda Antropologia. Célia Xakriabá, de 30 anos, está entre as cerca de 2 mil mulheres que vão nesta sexta-feira, dia 9, para Brasília com o objetivo de participar da [1ª Marcha das Mulheres Indígenas](#).

A marcha em si está marcada para a próxima terça-feira, 13, mas já nesta sexta, que é Dia Internacional dos Povos Indígenas, é iniciado um fórum de discussões — que vai até dia 12, véspera da manifestação — no qual serão debatidos temas como defesa dos territórios indígenas, direitos das mulheres e homofobia.

Confira abaixo a entrevista de Célia à [CELINA](#).

Você é a primeira Xakriabá a ter mestrado e é a primeira indígena no doutorado da UFMG. Como avalia esse pioneirismo?

Ser a primeira não é ser a mais importante. Ser a primeira me dá a responsabilidade redobrada de não deixar que eu seja a última. As mulheres indígenas estão hoje ocupando mais e mais espaços. E isso é fundamental. Se não existir espaço para nós, vamos criar nosso espaço.

O tema da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas é “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Como é a relação entre território e corpo para você?

O território é todo o conjunto que nos pertence. O corpo é o primeiro território. E os corpos indígenas precisam ser respeitados. É uma reafirmação da identidade e da cultura. O principal objetivo da marcha é reafirmar a garantia não apenas da nossa vida, mas do nosso modo de vida. Nós morremos não só quando nossa vida é tirada, mas morremos coletivamente também quando se mata a nossa identidade. Não dá para pensar em povo indígena sem essa conexão profunda com o território, que é nossa morada coletiva.

A violência de gênero é uma preocupação para as mulheres indígenas?

Nós, mulheres indígenas, temos trazido isso à tona principalmente porque é preciso compreender que nenhum tipo de violência pode ser camuflada porque se trataria de algo cultural. Acreditamos que não se pode perpetuar violência sob o pretexto de ser cultura, tradição. Existe uma diversidade imensa de povos indígenas, cada um com sua cultura, e é preciso entender cada uma, mas lutamos para combater aspectos de violência nelas. Nenhuma forma de violência pode ser justificada como algo cultural.

A Lei Maria da Penha funciona para as indígenas?

A lei é importante principalmente no contexto urbano. Fora dele, não a acessamos. No contexto mais geral do que nós conhecemos, as mulheres indígenas não têm acesso a esse suporte. A Lei Maria da Penha não funciona para nós.

Você identifica a existência de machismo em alguns povos indígenas?

O machismo é herança do processo de colonização. Não digo nem que é de matriz colonizadora, mas de “patriz” colonizadora, porque vem do patriarcado. Mas, claro, existem sociedades indígenas patriarcais, e existem sociedades indígenas matriarcais. Só que, mesmo nas patriarcais, as lideranças masculinas esperam para dar as respostas sobre decisões importantes depois de falar com as mulheres. Isso é interessante.

A gente não pode dizer que nas sociedades indígenas não existe o machismo. Ele se faz presente hoje, mas é importante se perguntar: de onde ele veio? Não só o machismo, mas a homofobia. O preconceito existe hoje dentro de povos indígenas, mas de onde ele veio? Há registros muito antigos de relações entre pessoas do mesmo sexo nos povos indígenas. Séculos atrás não era um problema, mas agora é. Por isso que associamos ao processo de colonização. Vemos a afirmação contra o machismo e a homofobia como um processo de descolonização. E esse processo não pode ser parcial. Temos que ir até o fim.

Existe feminismo indígena?

É uma discussão muito complexa. No chamado da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, a gente quer muito discutir isso. Nunca ouvi, por exemplo, uma mulher mais velha se definir como [feminista indígena](#). E, como nós temos um senso de coletividade muito grande, se um dia eu falar que sou feminista, eu preciso estar acordada com meu coletivo, com as outras mulheres indígenas. Para nós, muito mais importante do que o conceito é a prática. A 1ª Marcha se apresenta como um movimento para estimular a aliança urgente com outros movimentos.

Você usa o seu corpo como forma de protesto, com pintura corporal?

Sim, uso como forma de manifestação política. A pintura é uma pele que nos dá a presença da ancestralidade. É uma forma de eu me sentir mais próxima dos meus ancestrais, porque quem pinta o corpo pinta também a alma. Não existe pintura sem ritual, nem ritual sem pintura. Mesmo o processo de colocar a pintura no corpo já é um ritual. Desde os 13 anos eu participo do movimento indígena e faço manifestações com pintura corporal. É uma forma de me reafirmar politicamente, de reafirmar minha existência enquanto indígena. E esses são os dois elementos mais fortes da nossa cultura: a pintura e o cocar. Durante a minha graduação em Ciências Sociais, por exemplo, há uns dez anos, eu já ficava o tempo todo me reafirmando politicamente, usando com frequência a pintura e o cocar. Muitos dizem “por que você não faz tatuagem também, que dura para a vida inteira?”. Mas aí não é conexão com a espiritualidade, é outra coisa. Por isso é muito significativo para mim continuar demarcando esse espaço, não para outras pessoas enxergarem como mais ou menos indígena, mas é para que eu entenda de onde venho e por onde transito.

[Moro está aprendendo machismo na escola](#)

de seu chefe Bolsonaro?, por Juan Arias

Teria sido melhor que Moro tivesse aterrissado no Governo extremista de Bolsonaro para trazer novos ventos de democracia e modernidade

(El País, 08/08/2019 - acesse no site de origem)

Já vi publicadas, talvez mais e com maior ênfase no exterior do que no Brasil, as motivações que o ex-juiz [Sérgio Moro](#), hoje ministro da Justiça do Governo ultradireitista de Jair Bolsonaro, apresentou para justificar o crescente número de feminicídios perpetrados no Brasil. Por ocasião, dias atrás, do décimo aniversário da [lei Maria da Penha](#), de combate à violência machista, Moro afirmou: “Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe”. Nas redes, pouco depois, escreveu: “O mundo mudou. Temos muito a aprender. Diz isso não o ministro, mas o filho, marido e pai de mulheres fortes”.

Em seguida, a antropóloga [Debora Diniz](#), que se mudou para os Estados Unidos depois de ter recebido ameaças de morte por seu protagonismo na defesa da mulher e de seu direito a decidir sobre seu corpo e sua sexualidade, escreveu: “Ministro Moro, por favor, apague essa mensagem. É uma questão de dignidade. Os homens que ameaçam a mulher são apenas covardes”.

Há quem tenha ironizado que a ideia de Moro sobre a violência machista, segundo a qual se deveria ao fato de que a mulher adquiriu maior poder na sociedade moderna e ameaça o homem, não parece aprendida na ilustre Universidade de Harvard, onde se formou, mas na nova escola de seu chefe, o presidente Bolsonaro. Foi ele, conhecido misógino, que disse à deputada Maria do Rosário que só não a estupraria porque ela era feia e não o merecia, e que ofendeu sua filha pequena ao confessar que “deu uma fraquejada”, já que ele teria preferido mais um filho homem. Teria sido o quarto.

Parece que Moro, de repente, se esqueceu de que vive no país que aparece em quinto lugar entre os [84 países com maior taxa de feminicídios](#). Que de acordo com a BBC, todos os dias há uma média de 13 assassinatos de mulheres no país. Talvez Moro ignore que três quartos dos crimes cometidos por machismo são contra mulheres negras e de baixa renda. Será que também elas intimidam os homens pela consciência que de repente adquiriram sobre seu poder na sociedade?

Será que a experiência que Moro teve como filho, marido e pai o levou a ter medo das [mulheres](#) fortes como ele as qualifica? Sim, a grande maioria das mulheres que hoje são sacrificadas no altar do machismo mais primitivo são mulheres fortes, é verdade, mas com a fortaleza da dura experiência da pobreza e de serem condenadas pela cor da pele como escória da sociedade. Elas são conscientes não de seu poder, mas de terem nascido, como recitavam os velhos códigos patriarcais ainda hoje vigentes no Brasil, só para dar ao homem prazer e filhos. Essa força interior da mulher negra e pobre não é a que segundo Moro intimida hoje os homens que matam suas companheiras. Eles as matam porque, no fundo, se sentem mais fortes do que elas e protegidos pelo manto da impunidade.

Não apenas personagens de primeira ordem da Igreja, como Santo Tomás de Aquino,

chegaram a duvidar de que a mulher tivesse alma e, portanto, era apenas um objeto nas mãos dos homens. Desde os tempos de Adão e Eva, no mito da criação, há mais de três mil anos, aparece claro que a culpada de todos os males sempre foi e continua sendo a mulher. No paraíso, interrogado por Deus sobre o pecado de ter comido o fruto proibido, Adão imediatamente culpou Eva: “A mulher que pusestes ao meu lado apresentou-me deste fruto, e eu comi” (Gênesis 3,11 e seguintes).

Teria sido melhor que Moro, o juiz mito, que não tremeu a mão na hora de levar à cadeia centenas de personagens do mundo político e empresarial, começando pelo carismático, amado e popular ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tivesse aterrissado no Governo extremista de Bolsonaro para trazer novos ventos de democracia e modernidade em vez de aparecer também ele hoje como discípulo aplicado na escola do obscurantismo, do machismo e do desprezo à mulher e seus melhores valores.

Se for verdade que Moro vislumbra horizontes políticos que se resolveriam nas urnas, não deveria se esquecer de que a maioria dos milhões que votam no Brasil é composta por mulheres. E não acredito que as mulheres, das menos cultas às mais modernas, tenham gostado do deslize antifeminista do ministro que minimizou a tragédia e a dor de milhares de mulheres que no Brasil são condenadas à morte por seus maridos ou ex-maridos. Não porque elas já se sintam liberadas e empoderadas e imponham intimidação e medo aos homens, mas porque continuam sendo carne de canhão fácil do poder que o homem ainda exerce sobre elas.

É muito triste.

Por Juan Arias

Campanha #MeuExAbusivo lidera no Twitter com relatos sobre relacionamentos tóxicos

Movimento começou depois que youtuber publicou vídeo contando uma experiência pessoal em que o ex-namorado não ‘aceitava sua depressão’

(O Globo, 30/07/2019 - acesse no site de origem)

A hashtag #MeuExAbusivo se tornou o assunto mais comentado no Twitter no Brasil nesta terça-feira, reunindo mais de 45 mil tuítes de mulheres relatando [episódios de violência física ou verbal cometida por ex-namorados ou ex-maridos](#).

A campanha foi lançada pela youtuber Dora Figueiredo, que começou a receber muitas mensagens de internautas após publicar um vídeo em que conta sobre um relacionamento abusivo pelo qual ela já passou.

O vídeo já soma mais de dois milhões de visualizações. Nele, a youtuber comenta que os

abusos começaram de forma sutil e foram piorando progressivamente: de um pedido para não falar alto em determinado lugar, o ex-namorado passou a controlar o que ela postava nas redes sociais.

Ela relata, ainda, que ele “deu um mês” para que ela “melhorasse” de uma depressão. E que, dois dias depois, ele terminou o relacionamento. “Fiquei meses querendo me matar depois disso”, diz Dora no vídeo.

Desde a noite de segunda-feira, internautas sentiram-se incentivadas a compartilharem histórias semelhantes. Em um tuíte, por exemplo, uma mulher comentou que o ex-namorado a chamava de “louca” e dizia para outras mulheres que ela se vestia como “uma mendiga, que estava com ela por ‘dó’ e que ela ‘não era boa o suficiente para ele’”.

Também usando a hashtag, uma mulher lembrou que seu antigo namorado tentava impedir que ela fosse trabalhar após tê-la visto passando batom.

O ex-namorado, segundo contou a internauta, começou, então, a desligar o alarme do celular para que ela se atrasasse ou não fosse trabalhar.

“O dia em que eu conseguia acordar e ir, ele ia junto e ficava do outro lado da calçada até a hora em que eu saía do serviço. A situação chegou ao extremo de ele conversar (só soube depois) com meu patrão para me mandar embora. E assim foi”.

Muitas mulheres destacaram em suas postagens o fato de ex abusivos limitarem o contato delas com seus amigos e quererem controlar a navegação delas em redes sociais.

Segundo um dos tuítes, por exemplo, o ex-namorado justificava tal atitude argumentando que “não era a postura de alguém que namora sair sem o namorado”.

‘Abuso destrói a autoestima’

Nesta terça-feira, Dora Figueiredo agradeceu às mulheres que aderiram à campanha e ressaltou a importância de denunciar abusos psicológicos:

“[Estou] Tão orgulhosa de ver vocês contando os relatos de vocês. Já estamos em primeiro lugar desde ontem à noite e vamos mostrar para as pessoas como um relacionamento abusivo destrói a autoestima de quem sofre. Não importa se ele te bateu ou não. Abuso psicológico é abuso”, escreveu ela.

A [Lei Maria da Penha](#) entende como violência contra a mulher não apenas agressões físicas, mas também qualquer conduta que “cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações”.

Mulheres negras destacam papel dos objetivos globais na eliminação do racismo

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

(ONU, 29/07/2019 - acesse no site de origem)

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Parceira da sociedade civil representada no Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, a ONU Mulheres Brasil apoia estratégias para avançar a resposta do país em relação às metas da Agenda 2030 e seus [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

“Assim que os ODS foram anunciados pelos países, percebemos que outra vez as mulheres negras e os grupos vulneráveis estavam de fora desse debate. (...) Vimos que era necessário que novamente as mulheres negras tomassem rédeas desse processo”, considera Lúcia Xavier, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, parceira da ONU Mulheres Brasil, e coordenadora de Criola - Organização de Mulheres Negras.



Lúcia Xavier em diálogo sobre ODS articulados com as dimensões de gênero e raça. Foto ONU Mulheres | Mayara Varalho

Segundo Lúcia, os ODS trazem desafios práticos e mensuráveis para a inclusão social da população negra por meio de metas e indicadores de progressos que visam monitorar investimentos, avaliar políticas e inovações para eliminar desigualdades.

“Para que essa agenda se afine um pouco mais é preciso divulgar não somente os ODS, mas as possibilidades de incorporação das mulheres negras nesse processo. Talvez a maneira mais concreta de fazer isso seja (...) olhar os ODS como uma oportunidade e enegrecê-los a ponto de poderem dar resposta às condições da população negra e das mulheres negras”, diz Lúcia Xavier.

Para Clátia Vieira, também integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos momentos importantes de abordagem os ODS com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e

raça foi no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrido em dezembro de 2018, em oficina com cerca de 40 lideranças nacionais e estaduais além de mulheres negras da Colômbia e do Uruguai.

“Embora a gente tenha uma representação nacional, é sempre bom ouvir, apresentar os ODS para quem não conhecia. E foi muito boa a dinâmica de as pretas se colocarem a partir dos 17 ODS, falando sobre a região onde vivem e militam e fazer propostas. A oficina trouxe uma demanda para a nossa agenda. Se a gente está falando de uma pauta de mulheres negras, a gente não tem o porquê de ficar isolada numa decisão”, avalia Clátia Vieira.

No Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, duas oficinas abordaram os ODS e a Década Internacional de Afrodescendentes - uma para lideranças nacionais e estaduais e outra para comunicadoras e ciberativistas -, atividades conjuntas do Comitê Mulheres Negras 2030, ONU Mulheres e organização do encontro nacional.

“Foi um primeiro momento de aproximação das organizações de mulheres negras organizadas sobre um conjunto de ferramentas de direitos acordados até 2030. Estes direitos apontam uma oportunidade para o enfrentamento do racismo e da dívida histórica do nosso país com as mulheres negras. Essa é uma agenda já consolidada e com um conjunto de informações e o que falta ser feito daqui para frente”, conta Lúcia Xavier.

Ana Lúcia Pereira, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e componente da Agentes de Pastoral Negros, considera que “a forma como nós falamos sobre os ODS é um tanto distante das mulheres”. E constata a necessidade de inovar nas maneiras de abordagem das mulheres negras, um dos grupos mais vulneráveis às desigualdades sociais.

“Na oficina, cada mulher negra falou do lugar onde está qual dos objetivos que ela se identificava. Foi interessante porque ela percebeu que ela já trabalha esses ODS e pode contribuir conosco para que possamos identificar onde podemos estar e de que forma podemos fazer essa troca de conhecimento, sendo que a oficina foi apenas um exemplo de tudo aquilo que pode ser realizado.”

Pluralidade e inovação

Na visão da especialista em educação, gênero e relações raciais Suelaine Carneiro, facilitadora da oficina com lideranças nacionais e estaduais do movimento de mulheres negras, “os 17 objetivos dizem respeito a desafios para o planeta”. “Essa permanência da feminização da pobreza em famílias de mulheres negras é um desafio gigantesco a gente ter um outro planeta em 2030. A paridade de gênero e o enfrentamento ao racismo são agendas que se apresentam decisivas para a gente ter uma nova condição social em todos os países desse mundo”.

De acordo com Suelaine Carneiro, é fundamental a inclusão das mulheres negras no conjunto de parcerias destacadas para a implementação dos ODS não somente pela vulnerabilidade delas, mas pela capacidade de inovação que suas visões de realidade e mobilização social em comunidades pode agregar aos esforços do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

“O que as mulheres negras discutem são as condições sociais da população brasileira, em particular as condições do grupo mais vulnerável que são as mulheres negras. Elas trazem pluralidade para pensar política pública, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década Internacional de Afrodescendentes e o compromisso global para reversão das condições sociais da população negra”, alerta.

A jornalista Cleidiana Ramos, facilitadora da oficina com comunicadoras e ciberativistas, resalta os desafios trazidos pelas novas tecnologias e tendências no ambiente digital. “A gente está numa segunda fase de revolução digital que mexe com linguagens, e a gente tem vários desafios. O principal talvez é como a gente consegue falar para o nosso público a partir de formas em que mudam as próprias formas de relacionamento com as plataformas”.

Ramos lembra que as mídias digitais ainda têm vasto potencial a ser explorado em termos de mapeamento e produção de conteúdos. “Quando utilizamos algumas dessas ferramentas, vimos que discussões sobre documentos-chave, como os documentos da Conferência de Durban e ODS, eles estavam praticamente ausentes do mapeamento em ambiente digital. É uma amostra do quanto a gente tem que estar conversando. a gente tem que estar se conectando e pensando em como aprofundar os nossos conteúdos. Mesmo que de uma forma leve, a gente não pode perder essas referências que qualificam esse debate”.

Mulheres Negras nos ODS

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Por meio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, as ações são desenvolvidas junto a parcerias governamentais, do setor privado, da academia e diferentes setores da sociedade em apoio ao mandato da ONU Mulheres no país de apoio à implementação dos ODS. Em abril de 2019, o Comitê se reuniu, na Casa da ONU, em Brasília, para avaliação de ações desenvolvidas desde 2017 e plano de trabalho 2019-2020 integrado ao planejamento da ONU Mulheres Brasil.

Saiba mais: onumulheres.org.br/mulheresnegras

[Marielle Franco vira símbolo mundial de resistência na Europa. Por quê?, por Nina Lemos](#)

Andando pelas ruas da Alemanha no mês do orgulho gay (celebrado em julho) é possível dar de

cara com vários cartazes com a imagem de Marielle Franco. Seu rosto, com as cores do arco íris, está ao lado de um texto que diz: “marche e proteste com orgulho”. O texto é referência às marchas do orgulho gay que acontecem em todo o mundo.

[\(Universa, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O poster foi feito pela Anistia Internacional Alemã, que decidiu, nesse ano, que Marielle (juntamente com outros três ativistas LGBT) deveria ser uma das homenageadas dentro da campanha “Coragem precisa de proteção.”

Não é só na Alemanha que Marielle é lembrada. A imagem e a história da vereadora, assassinada em 2018, roda o mundo. Em setembro, será inaugurado um parque com seu nome em Paris. Em Portugal, uma rua deve ganhar o nome dela. A decisão foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da cidade. Ela rompeu a barreira do Brasil. Virou um símbolo internacional para todos que lutam pelos direitos humanos. Por quê?

Caso emblemático

No caso da campanha alemã, Marielle é homenageada junto com outros três ativistas: Zak, ativista LGBT grego que foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas. Alejandra, uma mulher trans de El Salvador que, depois de lutar mais de dez anos pelos direitos LGBTs está presa nos Estados Unidos por mais de 1 ano, e Luna, uma mulher trans da República Dominicana que luta pelos direitos dos trabalhadores sexuais e foi torturada e estuprada pela polícia.

Além dos pôsteres, a Anistia Internacional Alemã tem tirado fotos de participantes de paradas de orgulho LGBT e colocando nelas um adesivo de “justiça para Marielle”. Eles também distribuem cartões com a imagem da carioca para que pessoas de todo o mundo mandem cartas para o governo brasileiro pressionado por justiça.

“O caso é emblemático para muitos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Ela foi muito corajosa, uma lutadora maravilhosa pelos direitos humanos e pelos direitos dos marginalizados. Ela foi discriminada e vitimada por várias razões, por vir de uma situação econômica pobre, por sua cor, sua identidade sexual e sua orientação sexual.

Quando defendemos seu caso, estamos não apenas tentando criar uma situação melhor para ela e sua família, mas também para tentar esclarecer seu caso”, diz Sarah Fremberg, assessora da Anistia Internacional em Berlim.

Segundo ela, é um exemplo e uma lembrança para que outros casos como o dela não se repitam. “Nós queremos cuidar do seu caso como um exemplo para vários outros defensores dos direitos humanos do mundo, para que aqueles que tentam melhorar a qualidade de vida dos grupos que são discriminados no mundo todo possam ter segurança”, diz Sara.

A Anistia Internacional, além dessa campanha, segundo Sara, trabalha junto com a organização no Brasil para pressionar o governo a esclarecer e fazer justiça ao caso Marielle.

Parque Marielle Franco

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. “Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta”, diz. “Ela era uma mulher negra,

favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro”, diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco.

“O que achamos mais importante, e celebramos, é o fato dela ganhar um espaço onde sempre será lembrada, onde a placa não será arrancada”, ela diz, se referindo ao fato dos vereadores que quebraram uma placa com seu nome. “Ela não pode ser esquecida.

Esse é nosso trabalho e é importante deixar claro que muita gente no mundo, além do Brasil, reconhece isso e não deixará sua memória sumir”, diz.

Especialista em história brasileira desde o início dos anos 2000, Maud vê no exemplo dela também a opressão que mulheres enfrentam ao fazerem parte do ambiente político no mundo todo. “Ainda são raras mulheres na política. E elas muitas vezes são vítimas de ódio. No caso de Marielle, é terrível, porque além de ter sido assassinada por saber demais, ser corajosa e significar tantas coisas, ela continua sendo odiada até hoje.

Arrancar uma placa de rua com seu nome, como aconteceu no Brasil, é uma violência muito grande. É querer apagar completamente a pessoa. Ela não pode ser esquecida.”

“A sociedade precisa tomar medidas para proteger com muito cuidado aqueles que lutam contra a discriminação, o racismo e a injustiça. A política não deve dividir os interesses das pessoas. Os políticos deviam se unir para proteger aqueles que estão em uma situação mais vulnerável que eles. Todo mundo pode fazer alguma coisa contra discriminação e injustiça”, diz Sara. Lembrar da vereadora e pedir justiça para elas, segundo Sara, faz parte daquilo que qualquer um pode fazer. E, não, ela não pode ser esquecida.

Nina Lemos é jornalista e escritora, tem 46 anos e mora em Berlim. É feminista das antigas e uma das criadoras do 02 Neurônio, que lançou cinco livros e teve um site no UOL no começo de 2000. Foi colunista da Folha de S. Paulo, repórter especial da revista Tpm e blogueira do Estadão e do Yahoo. Escreveu também o romance “A Ditadura da Moda”.

Homens violentos alternam comportamentos, alerta Promotora de Justiça

Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, a Dra. Valéria Diez Scarance Fernandes, Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, fala sobre o lançamento da cartilha #NamoroLegal e os dados de violência contra a mulher

(O Estado de S.Paulo, 29/07/2019 - acesse no site de origem)

Ainda que junho já tenha passado e todas as campanhas sobre o Dia dos Namorados também, é sempre tempo de falar sobre #NamoroLegal. Por quê? Porque no Brasil, 42% das mulheres entre 16 e 24 anos sofreram violência em 2018, segundo Pesquisa Visível e Invisível 2019, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pedido do Fórum, o Datafolha ouviu mais de 1.000 mulheres sobre [violência contra a mulher](#). 42% delas disseram já ter sofrido agressão dentro de casa. Os principais agressores: cônjuges e namorados, responsáveis por quase 24% dos casos.

536 mulheres foram agredidas por hora. O número de notificações de violência física contra mulheres causadas por seus parceiros, segundo o Ministério da Saúde, quase quadruplicou de 2009 a 2016. A cada dia no Brasil, 15 mulheres são mortas pelo fato de serem mulher. Três de cada cinco mulheres jovens estão em um relacionamento abusivo. Será que é o seu caso? Você saberia identificar?

Embora se fale mais sobre o assunto, que tenhamos feitos avanços significativos nos últimos anos e que contamos com movimentos como a Primavera Feminista, em 2015, e o #MeToo, em 2018, ainda temos a quinta maior taxa de feminicídios do mundo. E um dos grandes empecilhos ao combate é a tolerância social a esse tipo de violência. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2014, embora 91% dos brasileiros afirmem que “homem que bate na esposa tem de ir para a cadeia”, 63% concordam que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. 89% dos entrevistados pensam que “roupa suja deve ser lavada em casa” e 82% que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Dados que só reforçam a importância de dialogar, também, com quem sofre a violência. Na procura por diminuir as estatísticas e ajudar mulheres a identificar os primeiros sinais de um **relacionamento abusivo**, o Ministério Público de São Paulo lançou a cartilha #NamoroLegal, sob o comando da Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Gênero do MPSP, Dra. Valéria Diez Scarance Fernandes.

Dra Valéria, do MPSP, foi quem desenhou a cartilha #NamoroLegal com dicas simples e práticas sobre relacionamentos. A ideia é que mulheres e meninas possam identificar ali sinais de comportamentos abusivos e saber o que fazer quando o namorado ou o crush é controlador ao extremo. O material, que conta com o apoio da empresa Microsoft, conta com a tecnologia como aliada. Utilizando Inteligência Artificial, o Ministério Público de São Paulo, a Microsoft e os parceiros Elo Group e Ilhasoft criaram a MAIA (Minha Amiga Inteligência Artificial), uma bot que pode conversar com sobre namoro de uma forma leve e descontraída. Numa tentativa de se aproximar dessa mulher que está sofrendo violência.

Por que fazer a cartilha? Como brotou o projeto?

“Mulheres jovens e adolescentes sofrem elevados índices de vitimização, mas dificilmente percebem que estão em um relacionamento violento antes de uma marca física ou de um grave sofrimento. Comportamentos de controle, isolamento e ciúmes excessivo são comuns, mas ao mesmo tempo naturalizados no namoro como se fossem “atos de amor”. Na cartilha, há dicas que ajudam a identificar os comportamentos abusivos e o que fazer diante desses comportamentos”.

Qual a preocupação do MPSP frente a este assunto?

“Os índices de violência estão cada vez mais elevados, estimando-se que 3 a cada 5 mulheres jovens sofrem algum tipo de controle/abuso nos relacionamentos afetivos. Apesar disso, não

havia no Brasil uma cartilha específica para essas jovens, com uma linguagem apropriada e dicas práticas. Na cartilha, o tema da violência é abordado de forma mais leve, sem referência expressa às formas de violência, ou uso das palavras vítima e agressor, justamente porque a maioria das mulheres não se identifica como vítima antes de uma marca física. Apesar disso, a cartilha traz dicas muito importantes que podem ajudar adolescentes e jovens, mas também mulheres adultas, a impor limites a comportamentos abusivos e desta forma prevenir a violência severa. A campanha surge como um instrumento de conscientização, prevenção à violência e feminicídio”.

O que significa um namoro destrutivo para uma menina?

“O relacionamento abusivo envolve três aspectos fundamentais: controle, isolamento e ciúmes excessivos. Essa dominação acontece aos poucos, com pequenos gestos, críticas constantes, comentários ofensivos, ataques seguidos de pedidos de desculpas, o que torna mais difícil para a mulher identificar a situação. A cartilha Namoro Legal aborda, dentre outros temas, a escolha consciente do parceiro, território de segurança, igualdade no relacionamento, autonomia, indicadores de violência psicológica e inversão da culpa”.

As dicas partiram de qual base ou estudo?

“As dicas que integram a Cartilha Namoro Legal têm base científica e empírica. Foram elaboradas com base em meus estudos como Professora Doutora e Pesquisadora da PUC-SP, bem como minha experiência de mais de 20 anos de Promotora de Justiça, em que atuei em centenas de casos, mesmo antes da criação da Lei Maria da Penha”.

Uma das dicas fala sobre valorizar seu espaço próprio. E uma das primeiras atitudes que a gente vê na mulher é o negligenciamento desse espaço e das relações que ela tem em nome do namoro. O problema é que começa aos poucos e a menina não percebe ou até acha que não tem problema deixar de fazer “só isso” por conta do namorado. Como dizer não logo de cara? O que é importante preservar?

“Uma das dicas - “seu espaço é só seu” - menciona justamente esse espaço que traz segurança e autonomia para a jovem. Nele, estão as pessoas mais importantes para ela, como família e amiga de confiança, atividades que gosta de fazer, lugar preferido, seus dons, seu estilo, sua essência. Preservando-se esse território, é possível prevenir situações perigosas, como o isolamento. É importante nunca abrir mão desse território seguro pela vontade do parceiro. Aqui, não existe negociação, nem o “só isso””.

No código da “namorada ideal” é grande o machismo que existe no fato do homem dizer a mulher como ela deve se vestir, se portar e usar o cabelo. São fatores muito presentes na nossa sociedade e que foram naturalizados. Como a menina pode entender que isso não é prova de amor e que relacionamento não se fortalece quando você deixa de ser quem você é?

“Não existe o Código da Boa Namorada, pois nenhuma garota, ou mesmo a mulher adulta, está obrigada a seguir um manual de regras para ficar com o parceiro. Uma relação saudável é construída com base na confiança e dedicação dos dois, em igualdade. Ao aceitar as exigências do parceiro, contra sua vontade, a mulher manda um claro recado de que a relação está em primeiro lugar e está disposta a abrir mão de seu “eu” pelo parceiro. Pode ser o início de um caminho de dominação e despersonalização. Às vezes, o namorado ameaça terminar o relacionamento caso exigência não seja atendida. Se isso acontecer, não há alternativa para a garota senão impor limites bem definidos, o u ele perceberá que a domina e ficará mais difícil dizer “não” da próxima vez”.

Amor não é posse, mas quem vive um relacionamento abusivo sentir-se possuída é um fator de peso. Normalmente, ela já se afastou das pessoas que gostava e está sozinha com essa pessoa. A sensação de ser amada está neste controle. O que fazer?

“A cartilha #NamoroLegal trata dessa questão na dica “não vá morar na lua”. O namoro é uma parte importante da vida, mas só uma parte. Além do namoro, existem outros aspectos importantes da vida e que devem ser preservados: família, amigos, trabalho, estudo, autonomia. É muito importante para a jovem manter-se conectada a pessoas de confiança e atividades que dão autonomia. Se já aconteceu o isolamento, deve-se retomar esses laços, ainda que contra a vontade do parceiro. Homens violentos usam o isolamento como estratégia para diminuir a possibilidade de resistência das parceiras. Assim, todo cuidado é pouco, principalmente quando o namorado cria situações deliberadas para o afastamento”.

Você fala muito da importância da menina não se afastar das coisas que ela gosta e do que é importante pra vida dela. Como ter forças pra isso? Como perceber essa importância, principalmente quando a autoestima já está baixa?

“Preservar a autoestima é um exercício diário. Para isso, a mulher deve manter-se conectada ao território seguro, que já mencionamos. Deve estar próxima de pessoas que sejam realmente de confiança, que lhe deem bons conselhos e saibam reconhecer seus talentos. Um passo por dia no caminho do fortalecimento. Se precisar de ajuda profissional, deve procurar”.

A mulher que está nessa relação sempre acha que o homem vai mudar. Ele promete que não vai mais fazer isso ou aquilo e ela se apoia na fala para se manter no relacionamento. Como perceber que esse cara não vai mudar? E que é ela quem tem que sair da relação?

“Homens violentos alternam comportamentos de ataque com comportamentos doces e gentis. Eles normalmente culpam as parceiras quando perdem o controle e só são violentos com as parceiras, não com estranhos. Por isso, muitas mulheres acreditam que elas são as responsáveis pela agressão e com seu amor e dedicação tem o poder de transformar o parceiro. Isso não acontecerá. Homens assim carregam dentro deles um padrão violento, aprendido ao longo da vida. Nada que a parceira faça mudará esse padrão. Quanto mais ela se submeter, mais violento ele se tornará. Apenas um programa oficial, específico para autores de violência, poderá mudar esse comportamento. É importante não se iludir: fera não vira príncipe com o amor da mulher”.

Existe um nome para esse lugar de violência em que a mulher se encontra?

“Nenhuma mulher escolhe um parceiro violento. A relação violenta tem início como qualquer outra, com uma fase de encantamento e sedução. Aos poucos, o parceiro começa a exercer atos de controle, isolamento, rebaixamento moral. A violência só acontece quando a mulher já está submetida, insegura, frágil. Depois do ato violento, o agressor fica gentil e amoroso, mas a violência volta se repetir, cada vez com maior intensidade. Essa repetição dos atos violentos associada a uma sensação de impotência faz com que a mulher não consiga mais reagir, é como se ela não tivesse saída. É a chamada Síndrome do Desamparo Aprendido. Assim, mulheres não abandonam parceiros e não reagem porque não conseguem”.

E quem pode ajudá-la? Ela deve pedir ajuda? Existem órgãos públicos preparados a dar apoio psicológico a mulheres e meninas?

“Ninguém precisa estar só. Ela pode pedir ajuda a um familiar, uma amiga, uma professora, conselho tutelar ou rede pública. Se estiver acontecendo um ataque, é importante chamar a polícia pelo 190. Se não for uma situação de emergência, é possível fazer denúncia anônima pela Central 180. Além disso, nas cidades há redes especializadas de atendimento para pessoas

que vivem situação de violência, o que pode ser facilmente encontrado. Em casos de tristeza extrema, risco de suicídio, existe um telefone que atende 24 horas: basta DISCAR 188”.

Por Carolina Delboni

Como empresas e redes online combatem assédio virtual contra a mulher

Plataformas digitais intensificam o debate, propagam conhecimento sobre os direitos das mulheres e oferecem acolhimento e auxílio gratuito às vítimas

(Olhar Digital, 26/07/2019 - acesse no site de origem)

A [internet](#) criou diversos espaços de interação social. Por aproximarem desconhecidos e permitirem o anonimato, entretanto, eles potencializam o assédio virtual, principalmente contra as mulheres. Para [combatê-lo](#), plataformas feministas e empresas têm lançado serviços que priorizam a segurança do público feminino.

Redes, organizações e grupos de defesa da segurança das mulheres — e dos direitos humanos no geral — encontraram no ambiente digital abertura para estimular o avanço da legislação brasileira e amplificar a luta por suas causas. Eles utilizam a internet para estimular o debate e propagar o conhecimento sobre o assunto, bem como sobre os direitos das mulheres, além de acolher e auxiliar gratuitamente as vítimas desses crimes.

Números de um [relatório divulgado pelo Instituto Avon](#) em 2018 mostram como a internet intensificou o debate sobre a violência contra a mulher. A pesquisa descobriu que, somente no ano passado, o tema foi o 26º assunto mais discutido nas redes sociais. Segundo o estudo, o ativismo de mulheres no meio digital se fortaleceu: cresceu 500% entre 2015 e 2017.

Além do engajamento de redes e grupos ativistas, mulheres usam o espaço virtual para compartilhar suas experiências, fazer denúncias, e procurar apoio e conforto. Entre os motivos de desabafo, a violência física é a mais expressiva (23%). O assédio moral é o segundo item com mais casos (aparece 22% das vezes), seguido de perto pelo assédio sexual, com 20%.

Isabela Guimarães, especialista em direito virtual e co-fundadora da [Rede Feminista de Juristas](#), explica que, em casos de assédio virtual, a primeira atitude da vítima deve ser procurar uma assessoria jurídica. Para ela, o ativismo em plataformas digitais é importante para democratizar o acesso do público feminino a apoio legal e conhecimento sobre o assédio online.

Vários grupos de advogadas oferecem auxílio voluntário a mulheres vítimas de violência de gênero. Entre eles estão a Rede Feminista de Juristas, a [Mapa do Acolhimento](#) e a [TamoJuntas](#): todas elas incentivam o acesso à Justiça ao conectar mulheres e advogadas feministas. “Acho

importante que elas saibam que há meios [jurídicos] que elas podem procurar. Com isso, elas podem fazer valer seu direito e buscar soluções”, complementa Cristina Sleiman, advogada especialista em direito virtual.

Outras plataformas produzem conteúdo especializado e conhecimento científico sobre o tema. Há, ainda, as que fazem campanhas, pesquisas e ações para conscientizar sobre a violência — virtual e presencial — contra a mulher, reduzir as ocorrências, orientar e apoiar as vítimas. As ONGs [Think Olga](#) e [SaferNet](#) e os institutos [Gênero e Número](#) e [Patrícia Galvão](#) se destacam na difusão dessas informações.

O avanço na legislação brasileira

Estimular a discussão sobre os riscos para a mulher nas redes fez o assunto chegar ao âmbito legal e pressionou a Justiça a criminalizar delitos digitais e proteger a vítima. “Conforme [o assédio online] se potencializou, a legislação foi alterada e hoje existem remédios jurídicos para buscar soluções. É essencial, entretanto, que a sociedade se apodere desse conhecimento”, observa Cristina.

Os principais assédios virtuais são constrangimentos moral e psicológico, exposição não consentida de imagens e vídeos íntimos, estupro virtual (conceito já reconhecido pelo judiciário), stalking (perseguição obsessiva) e sextortion (ameaça ou a chantagem mediante materiais ou atos sexuais), assédio sexual em redes sociais e golpes. Atualmente, leis como o Marco Civil da Internet, Maria da Penha e de importunação e contravenção penais oferecem bases jurídicas para que o autor de um crime online seja punido.

No ano passado, a Lei Maria da Penha foi alterada para categorizar o vazamento não consentido de imagens ou vídeos íntimos — um tipo de assédio virtual bastante recorrente — como violência moral e psicológica. Em 2017, o Código Penal também foi alterado para tipificar a lei de importunação sexual. Além da divulgação não permitida de conteúdo sexual, casos de stalking também podem ser considerados crimes com base na norma.

Isabela explica que o Marco Civil obriga, por meio de ordem judicial, as empresas a fornecerem informações sobre usuários que cometem assédio virtual. Assim, redes sociais e outros sites têm obrigação de armazenar por no mínimo seis meses todos os registros de navegação na plataforma. “Se você receber uma mensagem no Facebook que a violente e, logo depois, o perfil for apagado, o Facebook tem a obrigação de saber quem é aquele usuário”, exemplifica.

Depois que a empresa identifica o suposto agressor, as companhias de telefonia e fornecimento de internet são obrigadas, também por meio de processo criminal, a entregar à Justiça os dados cadastrais do cliente. “As vítimas têm de saber que podem encontrar o agressor a partir dessa engenharia reversa”, enfatiza Isabela.

Além disso, o Marco Civil permitiu avanços quanto ao vazamento de fotos e vídeos íntimos. Com base nele, sites hospedados no Brasil são obrigados a retirar imediatamente imagens íntimas não consentidas a partir de um aviso da vítima ou de seu representante. Para isso, não é necessária uma ordem judicial. “Se a plataforma não fizer isso, ela passa a ser responsável pela divulgação da imagem. Ou seja, a vítima pode processar, além do agressor, a plataforma por danos morais.”

Outro caminho que a vítima pode seguir é propor uma ação indenizatória contra o agressor.

“No geral, esse é o caminho que tem sido seguido”, acrescenta Isabela. Cristina, por sua vez, lembra que, acima de tudo, é preciso “atuar no aspecto cultural”. “Proteger não impede que esses incidentes aconteçam. Para isso, a gente precisa mesmo de uma forte campanha cultural”, conclui.

As empresas buscam melhorar a segurança das mulheres

Aplicativos e empresas de serviços digitais têm buscado participar de iniciativas para reduzir os riscos para o público feminino nas plataformas online. Para isso, elas se associam a redes ativistas pelo direito da mulher — como algumas das mencionadas nesta reportagem.

Um exemplo é a Uber. A companhia anunciou, em novembro passado, que vai investir R\$ 1,55 milhão até 2020 em projetos desenvolvidos em parceria com dez entidades de combate à violência contra a mulher. São elas: Associação Mulheres pela Paz, AzMina, Rede Feminista de Juristas, Força Meninas, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Igarapé, Instituto Patrícia Galvão, Instituto Promundo, Plan International Brasil e Instituto Maria da Penha.

A 99 é outra que caminha para melhorar a segurança do público feminino. Para acolher passageiras que passaram por agressões durante viagens, a empresa se uniu à Think Eva e criou um protocolo de atendimento humanizado para “suporte, resolução e acompanhamento a eventuais vítimas de assédio, preconceito e qualquer forma de discriminação”.

O Facebook, por sua vez, lançou, com a Think Olga, a iniciativa [Conexões Que Salvam](#). O projeto pretende conscientizar sobre o assédio virtual contra a mulher ao promover a propagação de informações sobre segurança online. O objetivo é transmitir conhecimento e recursos e conectar vítimas a quem quer oferecer apoio. Na página da ação, há explicações sobre o que é violência online, como denunciar, onde procurar apoio e dicas de como se proteger.

Além disso, algumas companhias se voltam exclusivamente para o público feminino com o objetivo de melhorar a segurança delas. É o caso da Venuxx, aplicativo de transporte privado que conecta apenas mulheres, de motoristas a passageiras. Desde que começou as operações, em 2013, a empresa nunca recebeu denúncias de assédio, outras violências contra a mulher e falta de segurança durante as corridas. “Até porque quando você coloca duas mulheres em um veículo, você começa a reduzir isso”, afirma Gabrielle Jaquier, chefe de operações (COO) da plataforma.

O maior desafio da empresa em relação à experiência das passageiras é atender à demanda por corridas. Por isso, a companhia trabalha, preferencialmente, com pessoas mais vulneráveis a riscos de segurança, como crianças, adolescentes, mães e idosas. “Hoje, somente de 15% a 20% de quem dirige em aplicativos de mobilidade são mulheres. E 60% das passageiras querem e optam por andar com essas condutoras. Então, nossa demanda é muito maior do que a oferta, porque há muito mais mulheres querendo usar o serviço do que motoristas disponíveis para atendê-las”, explica.

Além de tentar maximizar a segurança das passageiras, a Venuxx não transporta homens para zelar também pelas pilotas. Outra proposta da empresa é empoderar financeiramente as mulheres. “A gente traz oportunidade de renda, independência financeira e representatividade da mulher. Criamos oportunidade para elas em um mercado intitulado como masculino há muitos anos”, observa.

Com isso em mente, apenas R\$ 1 do valor de cada viagem feita pela plataforma vai para a Venuxx. O valor é fixo, não variável de acordo com o custo da corrida. A intenção da empresa com a taxa mínima é possibilitar que as motoristas tenham um bom faturamento mensal mesmo quando trabalham menos horas por dia.

A plataforma tem mais de 6 mil motoristas cadastradas, oferece corridas em São Paulo, Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) e planeja se expandir para mais quatro cidades até o fim do ano. “A gente vê a inovação como mais do que um investimento de tecnologia. Para nós, ela é um caminho para gerar mais valor para o público.”

Esta é a última de uma série de reportagens do **Olhar Digital** para mostrar que a violência contra a mulher é sistêmica no ambiente virtual. Crimes como assédio, perseguição (stalking), ameaças, chantagem e vazamento de fotos íntimas fazem parte do lado sombrio das redes para elas. Acompanhe no site os outros episódios sobre o assunto publicados no [dia 24](#) e no [dia 25](#).

Por Beatriz Trevisan | Editado por Roseli Andrion.